



Universidade Federal do Pampa

**CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO**

DANIELLE LOPEZ MACIEL

**TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO
LIVRAMENTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Santana do Livramento

2016

DANIELLE LOPEZ MACIEL

**TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO
LIVRAMENTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em administração pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vanderlei Cassanego Junior

Santana do Livramento

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

658.15 Maciel, Danielle
M152t TFD- TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO NO MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / Danielle Maciel.
47 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade Federal do Pampa, ADMINISTRAÇÃO, 2016.

"Orientação: PAULO VANDERLEI CASSANEGO JUNIOR".

1. Políticas Publicas e Saúde Pública. 2. Conceito do Tratamento Fora do Domicílio. 3. Sistema Único de Saúde- SUS. 4. Noções e Aplicações do Tratamento Fora do Domicílio. I. Título.

DANIELLE LOPEZ MACIEL

**TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO
LIVRAMENTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA

Área de concentração: Administração

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em:18/Novembro/2016.

Banca Examinadora

Prof.Dr. Paulo Vanderlei Cassanego Junior

Prof^a.Me. Silvia Amelia Mendonça Flores

Prof.Me Ana Carolina Cozza Josende da Silva

Santana do Livramento

2016

AGRADECIMENTO

Agradeço....

A Deus pela oportunidade da Vida....

Aos meus pais, pela compreensão, apoio e força para que eu não desistisse facilmente dos meus objetivos.

As amigas de todas as horas que sempre estiveram do meu lado, lutando para que esse dia se realizasse.

Aos professores do curso pelos conhecimentos compartilhados ao longo dessa jornada.

Agradeço em Especial ao meu Orientador, pelas orientações e incentivo para que este trabalho fosse concluído.

A todas as pessoas que me auxiliaram, respondendo perguntas, sanando dúvidas, contribuindo para a realização desta pesquisa.

Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista.

Aldo Novak

TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

O presente trabalho apresenta a coleta de dados e os resultados de uma pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Saúde abordando o tema Tratamento Fora do Domicílio - TFD, tendo como referência a Administração Pública Municipal de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste – RS, com o objetivo de identificar qual o custo com o Tratamento Fora do Domicilio para o Município de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 2012 a 2015 garantindo aos seus pacientes o atendimento necessário à saúde através do TFD. A pesquisa realizada foi de cunho descritivo, fundamentada pela análise documental e a legislação que ampara as políticas públicas em Saúde, mais especificamente quanto ao Tratamento Fora do Domicílio. Os resultados encontrados apontam que o Município de Santana do Livramento não conseguiu atender a demanda da população frente à carência de profissionais especializados em atendimento pelo Sistema Único de Saúde no município e, que mesmo utilizando-se do Tratamento Fora do Domicilio a situação da saúde frente à demanda ficou deficitária no município no período de 2012 a 2015.

Palavras–chave: Tratamento Fora do Domicilio. Atendimento. Custos. Especialidades.

TREATMENT OUTSIDE THE DOMICILE (TFD) IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA OF THE LIBRARY STATE OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

The present work presents the data collection and the results of a research carried out at the Municipal Health Department, addressing the topic of Out - of - Home Treatment - TFD, with reference to the Municipal Public Administration of Santana do Livramento, Fronteira Oeste - RS, Objective of identifying the cost of Out-of-Home Treatment for the Municipality of Santana do Livramento, through the Municipal Health Department, in the period from 2012 to 2015, guaranteeing to its patients the necessary health care through PDT. The research was descriptive, based on documental analysis and the legislation that supports public policies in Health, more specifically on Out-of-Home Treatment. The results show that the Municipality of Santana do Livramento failed to meet the population's demand in the face of the shortage of professionals specialized in care by the single Health System in the municipality and that even using out-of-home treatment, Demand deficit in the municipality in the period from 2012 to 2015..

Keywords: Out-of-home treatment. Attendance. Cost. Specialties.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMATICA	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE PÚBLICA	14
2.2 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	14
2.3 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO Do Conceito à Prática	16
2.4 NOÇÕES E APLICAÇÕES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	16
3 MÉTODO	21
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	23
4.1 DISTÂNCIAS ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO E OS MUNICIPIOS DE REFERÊNCIA	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Tratamento Fora do Domicílio - TFD foi instituído pela Emenda Constitucional 29 (EC-29), em setembro de 2000 que define o TFD como um programa nacional, criado pelo Ministério de Saúde que abrange todos os estados do Brasil, com a finalidade de referenciar pacientes a outros municípios garantindo-lhes serviços de consultas, tratamentos ambulatoriais, internações hospitalares ou cirúrgicas, desde que previamente agendada e somente a partir da inexistência ou esgotados todos os recursos de diagnóstico e terapia no seu município de origem (Portaria/SAS/Nº 055/90).

O Programa de Tratamento Fora do Domicílio, segundo a Portaria/SAS/Nº 055/90, garante o “acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais de outro município”, sendo que a legislação diz que os recursos recebidos deveriam ser de responsabilidade do governo federal, estadual e municipal.

A solicitação de Tratamento Fora de Domicílio deverá ser feita pelo médico assistente do paciente nas unidades assistenciais vinculadas ao SUS, mediante preenchimento do Laudo Médico, no qual deverá ficar caracterizado o quadro clínico do beneficiário. Além do Laudo Médico, no formulário de Pedido de Tratamento Fora do Domicílio deverá ser anexado também, cópias dos exames diagnósticos comprovando a situação clínica descrita e o esgotamento das possibilidades de resolutividade no âmbito da atenção básica ou de média e alta complexidade na referência/Estado e também, cópias dos documentos pessoais do paciente e do acompanhante sempre que se fizer necessária.

O Município de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul vem apresentando problemas relacionados à falta de verbas; dificuldades na Santa Casa de Misericórdia, único hospital que atende pelo Sistema Único de Saúde e que nesse período pesquisado encontrou-se por diversas vezes em situação de interdição e na eminência de fechar suas portas tendo em vista a dívida com fornecedores e quadro de funcionários, as verbas destinadas para repasse ao hospital não eram suficientes.

A situação da saúde no Município de Santana do Livramento apresenta dificuldades de atendimento aos pacientes em diversas áreas e suas especialidades, fazendo com que a Secretaria Municipal de Saúde, adotasse o Programa de

Tratamento Fora do Domicílio, o qual permite que os pacientes sejam encaminhados para atendimento em outros municípios ou até mesmo na Capital do Estado, realizando os procedimentos necessários, desde a consulta, exames, internações e cirurgias, através do atendimento pelo Sistema Único de Saúde- SUS. Frente a esta situação, o presente trabalho apresenta a seguinte questão: Qual o custo total para a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento do Tratamento Fora do Domicilio - TFD, no período de 2012 a 2015?

Buscando responder a questão da pesquisa traçou-se como objetivo geral, identificar qual o custo total que o Município de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde teve com o Tratamento Fora do Domicilio, no período de 2012 a 2015. Para o alcance do objetivo geral se fez necessário traçar objetivos específicos que irão auxiliar na coleta de dados da pesquisa buscando Identificar o número de pacientes que utilizaram TFD no município de Santana do Livramento (RS); Analisar os custos do município de Santana do Livramento (RS) com o TFD para o tratamento dos pacientes do SUS; Conhecer os municípios de destino e as especialidades médicas utilizadas pelos pacientes do TFD do município de Santana do Livramento (RS).

Justifica se a escolha do tema de pesquisa a partir de termos práticos devido à pesquisadora fazer uso deste programa acompanhando um familiar que necessitou de atendimento médico especializado e o município não tinha para oferecer. Desde então de 2012 a 2015 muitos foram os problemas enfrentados para que o Tratamento fosse ofertado com qualidade e no momento necessário. Desconhecendo a funcionalidade do programa a pesquisadora interessou-se em aprofundar seus conhecimentos até então leigo em relação às estruturas que envolvem o programa e suas implicações para os gestores do município de Santana do Livramento no (RS).

Como acadêmica justifica-se pela importância de conhecer os “custos”, especialmente em Políticas Públicas; A importância do programa para o município e os dados para análise dos gestores.

1.1 PROBLEMÁTICA

A situação da saúde no município de Santana do Livramento apresenta dificuldades de atendimento aos pacientes em diversas áreas e suas especialidades, o que fez com que a Secretaria Municipal de Saúde, adotasse o Programa de Tratamento Fora do Domicilio, o qual permite que os pacientes sejam encaminhados para atendimento em outros municípios ou até mesmo na Capital do Estado, realizando os procedimentos necessários, desde a consulta, exames, internações e cirurgias, através do atendimento pelo Sistema Único de Saúde- SUS. Frente a esta situação, o presente trabalho apresenta a seguinte questão: Identificar qual o custo para a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento do Tratamento Fora do Domicilio - TFD, no período de 2012 a 2015?

1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados os objetivos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar qual o custo que o Município de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde teve com o Tratamento Fora do Domicilio, no período de 2012 a 2015.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar o número de pacientes que utilizaram TFD no município de Santana do Livramento RS.
2. Analisar os gastos do município de Santana do Livramento RS com o TFD para o tratamento dos pacientes do SUS.
3. Conhecer os municípios de destino e as especialidades dos pacientes do TFD do município de Santana do Livramento RS.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Tratamento Fora de Domicílio, instituído pela Portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), é um instrumento legal que visa garantir através do Sistema Único de Saúde (SUS), tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas.

Assim o Tratamento Fora do Domicílio -TFD consiste em uma ajuda de custo ao paciente, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica às unidades de saúde de outros municípios ou Estados da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade onde reside o paciente, desde que haja a possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes. O que cabe ressaltar que no município fonte desta pesquisa, essa ajuda de custo ainda é inexistente.

O Tratamento Fora do Domicílio -TFD destina-se a pacientes que necessitam assistência médico-hospitalar cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva, o qual recebe um ajuda de custo e em alguns casos essa ajuda é extensiva ao acompanhante.

Justifica se a escolha do tema de pesquisa a partir do momento em que a pesquisadora passou a fazer uso deste programa (Tratamento Fora do Domicílio) acompanhando um familiar que necessitou de atendimento médico especializado e o município não tinha para oferecer. Desde então de 2012 a 2015 muitos foram os problemas enfrentado para que o Tratamento fosse ofertado com qualidade e no momento necessário. Desconhecendo a funcionalidade do programa a pesquisadora interessou-se em aprofundar seus conhecimentos até então leigo em relação às estruturas que envolvem o programa e suas implicações para os gestores do município de Santana do Livramento no RS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico busca-se apresentar os temas que fundamentam a pesquisa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE PÚBLICA

Não existe ainda consenso na literatura sobre o conceito ou definição de Políticas Públicas, por este ser ainda um campo recente da ciência política. No entanto, segundo Rua (1988, p.731) é “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”.

Na visão de Rodrigues (2011, p.14) “políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados [...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público.”

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946), significa "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades", ou seja, esse conceito introduz a ideia de que a saúde não é mais um valor exclusivo dos seres individualmente, mas de toda a coletividade e conseqüentemente dever do Estado assegurar esse direito fundamental para todos.

A Saúde Pública é um direito de todos, devendo os Estados prestarem a todos os cidadãos que necessitam e recorrem ao Sistema Único de Saúde, os mais variados serviços em saúde. Quando o cidadão não tem essa possibilidade de ser tratado na sua cidade de origem, a Secretaria de Saúde do município deve buscar outras maneiras de garantir o direito à saúde. Para tanto, a União, os Estados e os Municípios criam várias políticas públicas que servem de alicerce para que os governos desenvolvam estratégias que visem atender a população e, é por meio de programas específicos que as políticas públicas são implementadas.

2.2 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

O Sistema Único de Saúde, regulamentado pela Lei nº 8080/90 a qual define o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, da administração direta e indireta e das

fundações mantidas pelo poder público e complementado pela iniciativa privada. É um sistema hierarquizado e regionalizado, sobre o comando único em cada nível de governo, é gratuito e não considera o poder aquisitivo. A gratuidade não deve ser considerada uma benesse do poder público é direito à saúde. Porque a saúde perpassa por todos os campos da vida.

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população, inclusive aos pacientes portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH ou HIV, do inglês Human Immunodeficiency Virus), sintomáticos ou não, aos pacientes renais crônicos e aos pacientes com câncer (Sistema Público de Saúde Brasileiro, p. 16).

Segundo Paim (2009) [...] a organização dos serviços de saúde no Brasil antes do SUS vivia em mundos separados: de um lado, as ações voltadas para a prevenção, o ambiente e a coletividade, conhecidas como saúde pública; de outro, a saúde do trabalhador, inserida no Ministério do Trabalho; e, ainda, as ações curativas e individuais, integrando a medicina previdenciária e as modalidades de assistência médica liberal, filantrópica e, progressivamente, empresarial.

Portanto, uma mudança estrutural, porque saúde agora é um direito de todos, logo requer compromisso. Compromisso no sentido de efetivar de fato as mudanças, na qual vislumbre na qualidade de vida e resulte em desenvolvimento humano, assim sendo o SUS se realiza em um espaço de pactuação de compromissos, no qual acontece de bipartite e tripartite de forma geral o sistema, se configura em uma gestão solidária, como, adverte a Coleção “Para entender a gestão do SUS” (2011, V.13, p. 26/SUS)

As três esferas de gestão do SUS [...], pactuaram responsabilidades no campo da gestão e da atenção à saúde, a partir de uma unidade de princípios que, guardando coerência com a diversidade operativa, respeita as diferenças loco regionais, agrega os pactos anteriormente existentes, reforça a organização das regiões sanitárias instituindo mecanismos de cogestão e planejamento regional, fortalece os espaços e mecanismos de controle social, qualifica o acesso da população à atenção integral à saúde, redefine os instrumentos de regulação, programação e avaliação, valoriza a macro função de cooperação técnica entre os gestores e propõe um financiamento tripartite que estimula critérios de equidade nas transferências fundo a fundo.

No entanto deve ser planejada e implementada dentro dos princípios ora estabelecidos, assegurando-lhes os valores culturais, ao respeito, a equidade e a igualdade entre todos, atendendo às aspirações condizentes com a realidade e anseios de todos. Assim também contará com os recursos advindos do Fundo Nacional de Saúde - FNS que se destinará a “investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde” (Lei n.º 8.142/ 90).

Vale ressaltar que o Fundo Nacional de Saúde é o gestor financeiro do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera federal. Tem como missão colaborar para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde. De forma para que possa garantir melhoria e desenvolvimento de todos deve haver o esforço conjunto e indispensável dos entes federados. Sendo que o financiamento do SUS é uma responsabilidade comum dos três níveis de governo federal, estadual e municipal. Essa determinação foi garantida pela Emenda Constitucional nº 29 (EC-29), em setembro de 2000 que define o Tratamento Fora do Domicílio, como um programa nacional, criado pelo Ministério de Saúde que abrange todos os estados do Brasil. O mesmo foi criado para possibilitar o deslocamento e ajuda de custo exclusivamente os usuários do SUS e seus acompanhantes quando necessário visando atendimento médico especializado em média e alta complexidade em Unidades de Saúde próprias, conveniadas contratadas do SUS.

2.3 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO: Do Conceito à Prática

O Tratamento Fora de Domicílio-TFD, é um instrumento legal que visa garantir, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, o tratamento à pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem.

O benefício de Tratamento Fora de Domicílio - TFD consiste em fornecimento de passagens e ajuda de custo para deslocamento exclusivamente dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus acompanhantes – se necessário para a realização de atendimento médico especializado em média e alta complexidade em Unidades de Saúde cadastradas e ou conveniadas ao SUS em outras Unidades da Federação

2.4 NOÇÕES E APLICAÇÕES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

O Programa Tratamento Fora do Domicilio - TFD surgiu no Brasil no ano de 2000 como uma política nacional de saúde em um contexto social, rico de influências institucionais determinantes de sua incorporação como política prioritária.

Seguindo as normativas do Ministério de Saúde, assim como as da Secretaria de Saúde Municipal, desenvolvendo programas para assistir a população, um deles é o Tratamento Fora do Domicílio. Programa este que visa atender a população em geral em toda a faixa etária e qualquer classe social; este benefício consiste no fornecimento de passagens para atendimento médico especializado de diagnose, terapia ou cirurgia de alta complexidade, a ser prestado à pacientes atendidos exclusivamente pelo SUS, em outros municípios, além de ajuda de custo para alimentação e pernoite de paciente e acompanhante, se necessário.

Por volta dos anos 1950 a 1960, foi instituído um dos principais organismos, referente à saúde pública o Ministério da Educação e Saúde Pública, voltado à prestação de serviços, sobretudo para “os pobres, os desempregados, os que exerciam atividades informais, ou seja, todos aqueles que não se encontravam habilitados a usufruir os serviços oferecidos pelas caixas e pelos serviços previdenciários” (SUS, vol. I, p.15).

Entretanto, para garantir o direito fundamental à vida e à saúde são necessários mecanismos que efetivem esse direito. Assim, a Constituição Federal de 1988 tratou especificadamente no Título VIII da Ordem Social, Capítulo II da Seguridade Social, Seção II – da Saúde, conforme prevê o artigo nº196 da CF/88:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 88, artigo 196).

De acordo com a regulamentação do TFD o art 5º da Portaria MS nº 055/1999 de 24/02/1999 criada pelo Ministério da Saúde estabelece que as Secretarias de Estado da Saúde devam propor estratégias de gestão do Tratamento Fora do Domicílio-TFD de acordo com a realidade de cada região.

O deslocamento de pacientes para tratamento fora de seu domicílio só será autorizado via TFD, quando houver indicação de médico das unidades assistenciais vinculadas ao SUS, desde que o local indicado possua o tratamento mais adequado

à resolução do problema, com a possibilidade de cura total ou parcial, limitado ao período estritamente necessário e aos recursos orçamentários existentes. De acordo o Art. 1º e § 3º da Portaria SAS/MS nº 055/99, fica vedada a autorização de TFD para acesso a outro Município para tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso da Atenção Básica – PAB.

Os critérios para concessão do Tratamento Fora do Domicílio - TFD são: laudo médico, exames complementares e solicitação do TFD. O atendimento precederá agendamento na unidade de referência. Para cada procedimento de alta complexidade são definidos critérios específicos.

A integralidade e a equidade são os princípios que norteiam o Tratamento Fora do Domicílio, pois determinam que o atendimento deva ser integral, isto é, as ações de saúde devem ser para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do indivíduo e da comunidade, em qualquer nível de complexidade.

Para o Ministério da Saúde, a integralidade (BRASIL, 2005) é entendida como um princípio fundamental do SUS, pois, o usuário tem acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema de Saúde com a garantia da atenção as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação.

Segundo Alves (2004), a integralidade visa ações de prevenção, promoção e assistência. Por meio da interação entre profissionais de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, com o objetivo de compreender os problemas de saúde de uma forma mais abrangente, podendo assim, realizar intervenções mais efetivas.

Para Pinheiro e Mattos (2007), a integralidade,

[...] é um termo polissêmico e polifônico, pois reúne diferentes significados, sentidos e vozes resultantes da interação democrática dos sujeitos no cotidiano de suas práticas e dos saberes em saúde. Sua definição legal é ampliada pela perspectiva dos usuários, que vocaliza a ação integral frequentemente associada ao tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo.

O Estado enfrenta questões complexas para poder garantir a integralidade do atendimento,

O panorama do mercado de medicamentos e produtos para a saúde no Brasil, e a incorporação tecnológica de inovações terapêuticas, trazem implicações econômicas para a garantia do direito à saúde e, conseqüentemente, para a formulação de políticas públicas e para a prestação de serviços de saúde que sigam as diretrizes constitucionais e confirmam, a todos, o mais alto grau de cuidado com a saúde (MARQUES, 2009)

Para Médici (2010), “a integralidade deve ser funcional para a resolução dos problemas de saúde”, para tanto, deve utilizar todos os recursos possíveis, porém procurando evitar os abusos oriundos da não definição de regras explícitas do contexto da integralidade.

Marques (2009) salienta que, “o direito de todos os indivíduos à saúde representa uma consequência indissociável do direito à vida e deve ser garantido integralmente, a despeito de questões políticas, orçamentárias ou entraves burocráticos”.

O Tratamento Fora do Domicílio se enquadra na ótica dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, pois, atende às demandas sociais, principalmente, no que se refere à precariedade dos serviços de saúde em alguns municípios e à baixa condição econômica da maioria da população. O que impossibilita a grande maioria das famílias de arcar com despesas de um tratamento de saúde oneroso.

O conceito de equidade na área de saúde possui duas abordagens, em relação às condições de saúde e ao acesso e utilização dos serviços de saúde. A primeira avalia as diferentes chances de classes sociais distintas adquirirem doenças ou morrerem, enquanto que o conceito de equidade no consumo ou uso de serviços de saúde analisa as diferentes condições de acesso aos serviços de saúde (NERI; SOARES, 2002).

Para o princípio da equidade os indivíduos são diferentes entre si e, portanto, merecem tratamento diferenciado que elimine ou reduza as desigualdades, as quais não foram produzidas de forma natural e sim, geradas dentro de um processo histórico, pelo modo de organização e de produção da sociedade.

Entretanto o Tratamento Fora do Domicílio não tem critério socioeconômico, para que o paciente tenha o atendimento do mesmo, é necessário que o município não ofereça o tratamento e que o paciente tenha pelo menos seis meses de residência fixa no município.

O Tratamento Fora de Domicílio somente será autorizado quando forem esgotadas todas as possibilidades de atendimento no local de residência do beneficiário, dentro da rede prestadora de serviços assistenciais local, contratada ou não pela GEAP; Houver garantia para a realização do atendimento no local de referência selecionado, com datas e horário marcados previamente pela Gerência Regional do beneficiário; O prestador ou serviço capacitado para o atendimento

estiver situado há mais de 50 km de distância do local de domicílio do beneficiário, critério esse que não será aplicável quando se tratar de áreas metropolitanas;

Nos casos de transplantes, será adotada a mesma sistemática descrita para a autorização de TFD. Quando se tratar de transplante de órgão de doador cadáver, o beneficiário deverá estar inscrito na Fila Única de Transplante.

Diante do exposto, se constata a importância do Tratamento Fora do Domicílio - TFD, para as pessoas que utilizam e dependem do SUS- Sistema Único de Saúde para um tratamento especializado e de qualidade que não seja ofertado no Estado ou no Município de sua residência, garantindo cada vez mais direito à saúde a grande parte da população e suas implicações de funcionamento para que o município através da Política Pública em Saúde possa arcar com essa responsabilidade.

A seguir será descrita a metodologia utilizada no trabalho, bem como se dará a coleta de dados e sua análise na busca do alcance dos objetivos propostos no projeto.

3. MÉTODO

Com esta pesquisa teve-se a intenção de conhecer a realidade do programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD, quanto aos custos para o município através da Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento dos pacientes no período de 2012 a 2015, buscando identificar o número de pacientes atendidos, os municípios de destino e as especialidades demandadas no período de 2012 a 2015. Para tanto, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa de caráter exploratório. Este tipo de pesquisa “descreve as características de determinadas populações ou fenômenos, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (Gil, 2008).

Utilizou-se também a pesquisa documental, Segundo Gil (2009) é o levantamento de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Em se tratando de categoria de documentos, Gil (2009, p. 45-46) entende que os documentos “de primeira mão” são aqueles “que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas (...)”.

Neste estudo, a pesquisa documental foi empregada na busca de informações em documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde que permitiram compreender a situação do Tratamento Fora do Domicílio no município de Santana do Livramento no período de 2012 a 2015, período selecionado para a pesquisa.

A pesquisa documental é realizada a partir de documentos, contemporânea ou retrospectiva, considerada cientificamente autêntica (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA 1997, p.62).

A opção por valer-se da pesquisa documental na realização deste projeto deve - se ao fato de que neste tipo de pesquisa, segundo Santos (2000) é possível consultar fontes, tabelas, estatísticas, atas, relatórios, projetos de lei, ofícios informativos, depoimentos orais e escritos, correspondências, documentos informativos arquivados em repartições públicas [...].

Também se realizou a fundamentação teórica a luz de autores que tratam do assunto visando maiores informações e subsídios sobre as questões legais que envolveram a implantação e a execução do programa no município fonte desta pesquisa.

Foram referenciados nesta pesquisa os estudos de Murialdo (2012) “TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO: uma proposta de regulação para São José do Norte-RS”; Silva e Oliveira em “Tratamento Fora Do Domicilio: Um Trajeto Pela Vida”.

Como fonte de dados coletados a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizou planilhas de custos de viagens, passagens, município para onde os pacientes são encaminhados, especialidades oferecidas através do Tratamento Fora do Domicílio e atendimentos realizados no período de 2012 a 2015, além das distancias de deslocamento dos municípios em relação a Santana do Livramento.

De posse destes documentos passa-se a fazer a análise dos dados coletados.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de dados, foi necessário organizar os mesmos de forma a encontrar e fundamentar a resposta do problema gerador desta pesquisa, no caso, o município de Santana do Livramento no período de 2012 a 2015 para se chegar a uma conclusão sobre o assunto bem como refletir se houve alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

Tabela 1- Número de pacientes do período de 2012 a 2015

Mês/ Ano	2012	2013	2014	2015
Janeiro	831	911	1.092	1.110
Fevereiro	621	908	892	795
Março	987	1.119	1129	1.207
Abril	981	1.128	1.005	1.328
Maio	1.056	1.163	1.185	1.185
Junho	989	989	1.021	1.116
Julho	1.033	1.059	N.INFORMADO	1.015
Agosto	1.062	1.045	N.INFORMADO	941
Setembro	894	1.009	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Outubro	1.034	1.095	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Novembro	820	987	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Dezembro	N.INFORMADO	958	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Total	10.308	12.381	6.152	8.697

Fonte: elaborada pela autora (2016).

O que se pode evidenciar analisando a tabela -1 é que, no mês de janeiro do ano de 2012 o município de Santana do Livramento encaminhou 831 pacientes, para Tratamentos fora do domicilio e, no mês de fevereiro do mesmo ano foram encaminhados 621 pacientes o que corresponde a uma diminuição de 33,81% na demanda encaminhada.

Já no mês de março essa demanda foi de 987 pacientes, o que resultou num aumento de 37% em relação ao mês anterior.

Analisando o mês de abril percebe-se que a tabela 1 apresenta uma demanda de 981 atendimentos, o que corresponde a uma diminuição de 0,61%, se comparado ao mês anterior.

No mês de maio a situação analisada foi de que foram encaminhados 1.056 pacientes, o que dá um aumento de 7,10% comparado ao mês de abril.

No entanto em junho a tabela 1 nos informa um dado de 989 pacientes do TFD, sendo então um percentual 6,77% menor que o mês de maio.

Em julho o número de atendimentos foi de 1.033 correspondendo a 4,25% de aumento na demanda em relação ao mês de junho.

O mês de agosto apresenta uma demanda atendida de 1.062 pacientes do TFD que representa um aumento de 2,73% a mais que a demanda do mês anterior.

Em setembro a tabela 1 tem a informação de que foram encaminhados 894 pacientes, um número 18,79% menor que o número de pacientes atendidos no mês anterior.

Na mesma tabela podemos observar que no mês de outubro o atendimento foi ofertado a 1.034 pacientes do TFD, o que se comparado ao mês de setembro esse aumento foi de 13,53%.

Em relação ao mês de novembro observam-se na tabela 1 que foram atendidos 820 pacientes, no entanto se comparado ao mês anterior se constata uma diminuição significativa de 26,09% em relação ao atendimento do mês anterior.

Chegando ao final dos meses contemplados na tabela 1 no ano de 2012, constatou-se que no mês de dezembro não foi informado o número de pacientes para atendimento em TFD, não sendo justificado o porquê da falta de informação na documentação que originou a tabela. Ficando assim, impossibilitado de saber se houve aumento ou diminuição nos percentuais de atendimento em relação ao mês anterior.

Para finalizar a análise dos resultados de 2012, constata-se que a Secretaria Municipal de saúde encaminhou para o tratamento fora do domicílio, um total de 10.308 pacientes.

Já no ano de 2013 nos meses de janeiro e fevereiro, os dados coletados na tabela 1, informam que o número de pacientes encaminhados para de TFD, totalizaram 911 em janeiro e, 908 em fevereiro, ou seja, houve uma diminuição de 0,33% nos encaminhamentos para o TFD.

Analisando os números de março percebe-se que foram encaminhados para atendimento fora do domicílio 1.119 pacientes, estes números significam um aumento de 19,57% pacientes atendidos em relação ao mês anterior.

Quanto ao mês de abril os dados coletados dão conta de um atendimento em TFD, para 1.128 pacientes, o que corresponde a um aumento de 0,08% se comparado aos números coletados no mês de março.

Em maio a tabela apresenta um número de 1.163 atendimentos, sendo comparado ao mês anterior podemos perceber que houvera um aumento de 3,0% em oferta de atendimento fora do domicílio.

No mês de junho consta na tabela 1, atendimento para 989 pacientes. Se esses dados forem comparados ao número de pacientes atendidos no mês de maio percebe-se que houve uma diminuição de 17,6%, no atendimento a pacientes do TFD.

Tomando os dados do mês de julho, esses informam que o atendimento do TFD, fora ofertado para 1.059 pacientes que necessitaram de tratamento fora do domicílio o que, significa um aumento de 6,6% comparado ao mês anterior.

Em agosto os dados coletados dizem que houve um encaminhamento para 1.045 pacientes. Esses números significam que houvera uma diminuição de 1,33% em atendimento para pacientes de TFD, comparado ao mês de julho.

Analisando ainda a tabela 1, tem-se que no mês de Setembro foram encaminhados 1.009 pacientes para o TFD. Esses números representam uma diminuição de 3,57% em relação ao mês anterior.

A análise da tabela 1 no mês de outubro foi de que houveram 1.095 pacientes encaminhados para TFD, o que representa um percentual de 7,85% se comparado ao mês de setembro.

O mês de novembro segundo os dados coletados na documentação da pesquisa traz informação de que nesse mês os encaminhamentos para o TFD contemplaram apenas 987 pacientes. O que, significa que comparado ao número de pacientes do mês anterior temos um percentual de 10,94% menor em pacientes encaminhados para o TFD.

E realizando a análise correspondente ao mês de dezembro constata-se que o número de pacientes encaminhados para atendimento de TFD fora de 958 e, esses números indicam que houve um percentual de diminuição em atendimento de 3,02% quando comparado ao mês anterior, totalizando 12.381 pacientes encaminhados para TFD.

A tabela 1 apresenta os dados coletados na pesquisa que corresponde ao atendimento de TFD pela Secretaria Municipal de saúde nos meses do ano de 2014, o qual passasse a fazer análise dos resultados.

Consta na tabela que no mês de janeiro do ano de 2014 foram encaminhados para tratamento fora do domicílio um total de 1.092 pacientes, Já nesse mesmo ano

em fevereiro o número de pacientes encaminhados foi de 892. Fazendo uma análise comparativa podemos dizer que houve uma diminuição de 22,42% em fevereiro em relação aos encaminhamentos de janeiro.

Em março o número de pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio ficou em 1.129, o que corresponde a um aumento de 6,79% em relação ao mês anterior.

No mês de abril os dados da tabela dão conta de que foi atendido um total de 1.005 pacientes que necessitaram de tratamento fora do domicílio. Esses números apresentados correspondem a uma diminuição nos encaminhamentos em 4,77% quando comparados ao mês de março.

Os dados do mês de maio de 2014 informam que houveram 1.185 pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio, o que em percentual representa um aumento significativo de 15,18% em relação ao mês de março.

Em junho a tabela 1 mostra que foram encaminhados para tratamento fora do domicílio 1.021 pacientes. Se compararmos esse número de pacientes em relação ao mês de maio vamos perceber que houve uma diminuição considerável de 16,06%.

A pesquisa ficou limitada em relação ao número de pacientes atendidos em 2014, visto que esses dados só foram fornecidos até o mês de julho, ou seja, o segundo semestre não foi contemplado nas informações e, não se obteve os motivos pelos quais não foram apresentados os dados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O período selecionado para a pesquisa compreende os anos de 2012 a 2015, o qual passa a ser analisado com base nas informações coletadas junto às planilhas mensais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Livramento em relação ao atendimento de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio.

Iniciando a análise dos dados temos no mês de janeiro de 2015, uma demanda de 1.110 pacientes encaminhados e, em fevereiro esse número foi de 795 encaminhamentos. Fazendo a análise comparativa entre esses meses percebe-se que houve uma diminuição de 39,62% bastante significativa em relação ao primeiro mês do ano.

No mês de março os dados apontam para uma demanda de encaminhamentos para tratamento fora do domicílio 1.207 pacientes atendidos e,

esse número em relação ao mês anterior representa um aumento significativo de 34,13% em encaminhamentos.

Já a mesma tabela nos mostra que em abril foram encaminhados 1.328 pacientes para tratamento fora do domicílio, número este que significa um aumento de 9,11% em relação ao mês de março do mesmo ano.

Comparando o mês maio com o mês de abril temos a seguinte situação: Em maio foram atendidos 1.185 pacientes para encaminhamento ao TFD. O que representa uma diminuição de 12,11% em relação aos números de abril.

No mês de junho a tabela trás uma informação de que foram encaminhados 1.116 pacientes para o TFD, o que representou uma diminuição correspondente a 6,18% comparada aos números do mês de maio.

Em julho os números indicam que foi encaminhado para o tratamento fora do domicílio um total de 1.015 pacientes e, se esses números forem comparados ao mês anterior teremos uma diminuição de 9,95% nos encaminhamentos.

Analisando os números de agosto referentes aos encaminhamentos de pacientes para tratamento fora do domicílio, esses números dão conta de que foi encaminhado 941 pacientes o que perfaz uma diminuição de 7,86% nos encaminhamentos comparados ao mês de julho.

Faz-se necessário informar aqui que novamente a pesquisa fica limitada frente à falta de informação correspondente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do respectivo ano em análise, visto que esses dados não constavam nas planilhas oferecidas como material para a coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Saúde e, não foi possível coletar esses dados de outra forma. Assim, os resultados computados ficam embasados de janeiro a agosto de 2015.

Concluindo a análise do ano de 2015 temos que foram encaminhados para tratamento fora do domicílio um total de 8.697 pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Livramento- RS.

Analisando a tabela 1 de forma horizontal, nos anos de 2012 a 2015, período selecionado para a realização da análise do TFD, quanto ao número de pacientes atendidos encontramos que:

No mês de janeiro de 2013 percebe-se que houve um aumento de 8,78% em relação ao mesmo mês no ano de 2012 no número de pacientes atendidos;

Já essa mesma análise foi realizada no mês de janeiro dos anos de 2013 e 2014, mostra que, em 2014 o aumento foi de 16,57% em relação ao mês de janeiro do ano anterior;

Se utilizarmos o mês de janeiro dos anos de 2014 e 2015 a constatação é de que em 2015 houve um aumento de 1,62% no número de pacientes encaminhados para o TFD;

Tomando como referencia o mês de fevereiro de 2012 a 2015 a constatação é de que:

Em 2013 o aumento na demanda foi de 31,68% comparado a 2012;

Em 2014 houve uma diminuição de 1,79% comparada ao ano anterior e, em 2015 ocorreu uma diminuição de 12,20% comparada ao mesmo mês de 2013.

Analisando o mês de Fevereiro do ano de 2012 e 2013 o número de pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde de Santana do Livramento sofreu em 2013 um aumento significativo de 31,68% em relação a 2012.

Em fevereiro de 2013 e 2014 observando a tabela 1 percebe-se que houve em 2013 uma diminuição nos encaminhamentos para o TFD, de 1,79% em relação ao ano anterior.

Já em fevereiro de 2015 a demanda de pacientes teve uma diminuição correspondente a 12,20% em relação a fevereiro de 2014.

Passando a análise do mês de março dos anos de 2012 a 2015, conforme a tabela 1 apresenta-se a seguinte situação:

Em 2013 houve um aumento de 12,57% em relação a 2012;

Em 2014 a diminuição na demanda foi de 17,97% em relação a 2013;

E, em 2015 constata-se que a demanda teve um aumento de 20,71% em relação a 2014.

No mês de abril do período de 2012 a 2015 constatou-se que:

Houve em 2013 um aumento de 13,03% em relação ao mesmo mês do ano anterior;

Em 2014 a demanda apresentou uma diminuição em 12,23% comparada ao mesmo período em 2013;

Analisando 2015, no mês de abril a demanda foi 24,32% maior que no mesmo período de 2014;

Observando os dados do mês de maio de 2012 a 2015, constata-se que houve:

Em 2013 um aumento de 9,20% na procura por TFD;

Já em 2014 essa demanda teve um aumento de 1,85% comparado ao ano de 2013.

E, em 2015 os dados da tabela fazem referencia de que não houve aumento na demanda permanecendo com o mesmo número de encaminhamento.

A tabela 1 nos permite verificar a situação do encaminhamento de pacientes para o Tratamento Fora do Domicílio, no período de 2012 a 2015 sendo que para tanto se toma os dados referentes ao mês de junho dos respectivos anos:

Em 2013 não se verificou alterações no número de encaminhamentos pela Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo o mesmo número de pacientes encaminhados;

Já em 2014, o aumento na demanda foi de 3,13% em relação ao ano anterior;

Em 2015 a demanda por atendimento sofreu um aumento de 8,51% se comparado ao mesmo mês no ano anterior.

Percebe-se pela análise da tabela que no período de 2012 a 2015, em julho houve as seguintes alterações nos encaminhamentos para o TFD:

Em 2013, um aumento de 2,45% em relação a 2012;

Observa-se aqui que não constam na tabela 1, os dados referentes ao mês de julho a dez de 2014 e 2015. Não permitindo assim essa análise.

Continuando a análise de 2012 a 2013 no mês de agosto, constata-se que no ano de 2013 houve na demanda uma diminuição de 1,62% em relação ao ano de 2012.

No mesmo período tomando por base os dados do mês de setembro o que se pode perceber é que a demanda sofreu um aumento de 11,39% se comparado ao mesmo mês no ano anterior.

Quanto ao mês de outubro de 2012 e 2013 de acordo com os dados da planilha, houve em 2013, um aumento de 5,57% em relação ao ano anterior.

Em novembro de 2013 ocorreu um aumento em relação ao ano de 2012, em 16,91% nos encaminhamentos para o TFD.

Conclui-se essa análise sem os dados do mês de dezembro, os quais não foram fornecidos no momento da coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Continuando a análise dos resultados da pesquisa, o objetivo número 2 constatar qual o custo que o município de Santana do Livramento, através da

Secretaria Municipal de Saúde, teve no período de 2012 a 2015 para o atendimento de pacientes que necessitaram de Tratamento Fora do Domicílio - TFD e foram encaminhados para outros municípios, o que se pode constatar nos dados da tabela 2.

Tabela 2 - Custo com transporte para atendimento de pacientes para TFD

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015
Janeiro	83.608,14	101.756,26	129.491,72	134.790,56
Fevereiro	87.546,51	93.446,14	107.499,48	88.718,39
Março	109.567,60	116.700,07	118.689,07	153.620,86
Abril	103.765,94	137.064,38	111.578,73	158.745,99
Maiο	116.082,40	143.904,02	110.309,21	141.818,01
Junho	116.685,89	130.264,69	113.881,51	130.956,47
Julho	105.141,95	142.192,88	N/INFORMADO	133.678,73
Agosto	106.471,22	109.538,60	N/INFORMADO	N/INFORMADO
Setembro	90.146,77	119.794,20	N/INFORMADO	N/INFORMADO
Outubro	110.606,15	132.095,25	N/INFORMADO	N/INFORMADO
Novembro	116.245,37	131.335,90	N/INFORMADO	N/INFORMADO
Dezembro	N/INFORMADO	107.890,66	N/INFORMADO	N/INFORMADO
Total	1.145.867,94	1.465.983,05	691.449,72	942.329,01

Fonte: elaborada pela autora (2015)

Com a intenção de atingir o objetivo geral desta pesquisa é necessário, conferir a situação em relação aos custos no encaminhamento de pacientes para tratamento fora do município, já que o município através do Sistema Único de Saúde não dispõe de alguns tipos de especialidades médicas e atendimentos hospitalares, o que faz com que muitos pacientes recorram (sejam encaminhados) a outros municípios onde exista oferta ou até mesmo para a Capital do Estado e, para tanto o município arca com as despesas decorrentes de transporte na oferta deste atendimento à saúde. Desta forma passamos a análise dos dados:

Analisando os dados coletados conforme a documentação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde e registradas nas tabelas 1 e 2 e nas demais tabelas em anexo, no período de 2012 a 2105 observa-se que o município de Santana do Livramento realizou no mês de janeiro de 2012 um total de 181 viagens para levar

pacientes e seus acompanhantes que se deslocaram para o interior e capital a procura de Tratamento Fora do Domicílio- TFD, sendo que o custo para o município foi de R\$ 83.608,14.

No mês de fevereiro de 2012 os dados apontam que foram realizadas 147 viagens entre capital e interior para atendimento do TFD, com o custo para o município através da saúde no valor total de R\$ 87.546,51.

Constatou-se, que no mês de março do ano de 2012 foram realizadas 160 viagens incluindo capital e interior, onde os pacientes foram acompanhados de funcionários da saúde totalizando um custo de R\$ 109.567,60.

No mês de abril de 2012 foram realizadas 166 viagens para o atendimento de TDF, entre interior e capital, transportando pacientes e acompanhantes, o que foi necessário ao município arcar com o custo de R\$ 103.765,94.

Ainda realizando a análise dos dados coletados na Secretaria Municipal de Saúde em 2012, constatou-se que no mês de maio, realizou-se 181 viagens com pacientes e acompanhantes para outros municípios e capital a procura de atendimento médico sendo que o custo no mês de maio com essas viagens o custo para o município foi de R\$ 116.082,40.

No mês de junho o número de viagens foi de 166 sendo atendidos 989 pacientes e autorização para 563 acompanhantes. Tendo ao município um custo no valor de R\$ 116.685,89.

Observando as tabelas em anexos, constata-se que no mês de julho de 2012 o município realizou um total de 176 viagens, pelo interior e capital para atendimento médico de pacientes e seus acompanhantes o custo com essas viagens foi de R\$ 105.141,95.

Na sequência da análise dos resultados e tendo por base os dados fornecidos, no mês de agosto de 2012, foram realizadas 180 viagens para levar pacientes e acompanhantes que foram encaminhados para tratamento fora do domicílio, sendo que para tanto, o município através da Secretaria Municipal de Saúde teve um custo no valor de R\$ 106.471,22, com a frota da secretaria e as empresas de transporte de passageiros contratadas para essa finalidade.

No mês de setembro de 2012 constatou-se, que a Secretaria Municipal de Saúde realizou 175 viagens encaminhando pacientes e acompanhantes utilizando a

frota da secretária de Saúde e as empresas de transporte contratadas com um custo de R\$ 90.146,77, para o município de Santana do Livramento.

Continuando a análise dos resultados no mês de outubro de 2012, com base nas tabelas em anexo observou-se a seguinte situação: foram realizadas 195 viagens envolvendo pacientes e acompanhantes, sendo que o custo mensal com transporte foi de R\$ 110.606,15.

Dentro da análise dos resultados de 2012 foi constatado que, no mês de novembro, a Secretaria Municipal de Saúde realizou 193 viagens, encaminhando para o interior e capital, pacientes e acompanhante, sendo que o custo com transporte de passageiros neste mês importou em R\$ 116.245,37.

Segundo a tabela - 1 a secretaria de saúde não forneceu os dados relativos ao mês de dezembro. O que não auxilia na análise completa dos dados na tentativa de atingir o objetivo geral da pesquisa.

A Tabela-2 nos mostra que no ano de 2012 nos meses informados a Secretaria Municipal de Saúde teve um custo com transporte de pacientes e acompanhantes encaminhados para Tratamento Fora do Domicílio- TDF no valor de R\$1.145.867,94 entre transporte com veículos próprios e com as empresas contratadas.

Dando continuidade a análise dos resultados obtidos com a pesquisa passou se a interpretação dos dados relacionados ao ano de 2013. De acordo com as tabelas que nos mostram o número de pacientes e acompanhantes que buscam por tratamento fora do domicílio, o número de viagens, custo mensal e, o custo anual no período pesquisado.

Analisando o mês de janeiro de 2013, foram realizadas 156 viagens para atendimento do TFD, onde o custo ficou em R\$ 101.758,26.

No mês de fevereiro de 2013, a situação apresentada nos dados coletados e registrados nas tabelas 1 e 2 e, demais tabelas em anexo mostram que: foram encaminhados pacientes e acompanhantes, num total de 144 viagens, onde o custo ficou em R\$ 93.446,14.

Já na análise do mês de março de 2013 indica que foram realizadas 177 viagens encaminhando para TFD, pacientes e acompanhantes. Os custos correspondentes às viagens ficaram em R\$ 116.700,07 utilizando a frota da Secretaria Municipal de Saúde e pagamento de empresas de transporte terceirizado, conforme tabelas em anexo.

Interpretando os dados relativos ao mês de abril de 2013 constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde realizou 202 viagens a capital e interior. Sendo que foram utilizadas a frota da SMS e frota terceirizada importando em R\$137.064,38, o valor pago com transporte.

No mês de maio de 2013 foram realizadas 204 viagens para capital e interior do Estado com a finalidade de levar pacientes e, acompanhantes para atendimento de TFD, sendo que custou R\$ 143.904,02 aos cofres da Secretaria Municipal de Saúde, para pagamento de transporte.

Analisando a documentação de junho de 2013 percebe-se que a Secretaria Municipal de Saúde realizou 184 viagens para encaminhamentos de pacientes e acompanhantes para Tratamento Fora do Domicílio entre capital e interior. Os custos totais com essas viagens ficaram no valor de R\$ 130.264,69.

No mês de julho de 2013 a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou pacientes para tratamento fora do Domicílio e acompanhantes, para tanto foram necessárias 220 viagens onde foram utilizado transporte da própria Secretaria e de empresas contratadas, importando no valor de R\$ 142.192,88.

Dando continuidade à análise dos dados correspondentes ao ano de 2013, no mês de agosto, a Secretaria de Saúde realizou 240 viagens com veículos da frota da própria Secretaria, e, empresas terceirizadas de transporte de passageiros no valor total de R\$ 109.538,60. As referidas viagens destinavam-se a encaminhar pacientes e acompanhantes para Tratamento Fora de Domicílio.

No mês de setembro de 2013, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou pra TFD pacientes e acompanhantes, sendo que foram realizadas neste mês 240 viagens entre capital e interior do estado. Essas viagens foram realizadas pelos veículos da frota da Secretaria e os custos foram de R\$ 119.794,20.

No mês de outubro de 2013 conforme os dados coletados foram efetuados encaminhamentos de pacientes que necessitaram realizar tratamento fora do domicilio, com acompanhantes e, para tanto foram realizadas 217 viagens, com os veículos da frota da Secretaria e empresas terceirizadas. Conforme a tabela-2 houve um custo no valor de R\$ 132.095,25.

Conforme as informações coletada, correspondente ao mês de novembro de 2013, o custo mensal com transporte de pacientes e acompanhantes, para tratamento fora do domicilio, utilizando os veículos da frota da Secretaria e

empresas contratadas para a realização de 168 viagens foi no valor de R\$131.335,90.

Em dezembro de 2013, a Secretaria Municipal de Saúde realizou 162 viagens entre capital e interior utilizando veículos da Frota própria e de empresas contratadas, encaminhando para tratamento fora do domicílio pacientes e acompanhantes. O custo com essas viagens foi de R\$107.890,66,

Reverendo a tabela-2 na coluna correspondente ao ano de 2013 percebe-se que a Secretaria Municipal de Saúde teve um custo total somando os meses em que efetuou despesas de viagens, no valor de R\$1.465.983,05, Valor este disponibilizado para o encaminhamento de pacientes e acompanhantes que necessitaram de atendimento do Tratamento Fora do Domicílio – TFD.

Analisando as tabelas em anexo passa-se a fazer a análise do ano de 2014 quanto às viagens e custos com o Tratamento Fora do Domicílio.

Conforme consta, no mês de janeiro de 2014 foram realizadas 221 viagens encaminhando para tratamento fora do domicílio pacientes e acompanhantes. Onde foram utilizados os veículos da frota da S.M.S e transporte contratado para essa finalidade com um custo 129.491,72.

Seguindo a análise no mês de fevereiro, a situação em relação ao TFD, se apresenta da seguinte forma: Realizadas 185 viagens atendendo pacientes e acompanhantes com destino a capital e interior do estado em veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e em veículos contratados. O custo mensal foi de R\$ 107.499,48.

No mês de março de 2014, a Secretaria Municipal de Saúde atendeu pacientes que necessitaram de TFD e seus acompanhantes. Foi realizado um total de 185 viagens entre capital e interior, com a frota da Secretaria e, empresas terceirizadas. O custo foi de R\$ 118.689,07 para os cofres da Secretaria Municipal da Saúde.

No mês de abril de 2014, os seguintes dados do TFD foram apontados: pacientes e acompanhantes se deslocaram entre capital e interior para atendimento de TFD, onde a Secretaria Municipal de Saúde subsidiou 200 viagens com pagamento de transportes onde o custo foi de R\$111.578,73.

Analisando a situação do mês de maio de 2014 percebe-se que pacientes e acompanhantes foram transportados pela Secretaria Municipal de Saúde, para a capital ou outros municípios que prestam atendimento das especialidades médicas

que o município de Santana do Livramento não dispõe através da Secretaria Municipal de Saúde /SUS. Neste caso os dados revelam que foi realizado um total de 206 viagens, com o custo total de R\$110.309,21 aos cofres da Secretaria Municipal de Saúde.

A última documentação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde do ano de 2014 corresponde ao mês de junho do referido ano, o que se pode observar através da análise dos dados fornecidos é que foram encaminhados a TFD pacientes e acompanhantes, para isso a Secretaria Municipal de Saúde, arcou com o pagamento de transporte de 185 viagens, custando aos cofres da Secretaria Municipal de Saúde o valor total de R\$113.881,51.

Encerrando as análises dos dados relativos ao ano de 2014 fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Livramento, constatou se que no referido ano o custo total com viagens de encaminhamentos a pacientes de TFD importou no valor de R\$ 691.449,72 pagos com as verbas destinadas pelas Políticas Públicas de Saúde recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Livramento.

Continuando a análise dos resultados da coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Saúde, se faz necessário verificar o ano de 2015, onde se constatou que os dados fornecidos contemplam apenas os meses de janeiro a agosto do referido ano e assim, a resposta ao objetivo desta pesquisa se torna desde já parcial, visto que se busca saber com esta pesquisa qual o custo com os pacientes que precisam de TFD e foram encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde no período de 2012 a 2015.

Em relação ao mês de janeiro de 2015 de acordo com a tabela - 2 foram realizadas 212 viagens, transportando pacientes e acompanhantes em veículos da Secretaria Municipal de Saúde e empresas contratadas, com um custo de R\$ 134.790,56.

A situação constatada no mês de fevereiro de 2015 através da análise dos dados foi realizada 155 viagens encaminhando pacientes e seus acompanhantes para TFD, utilizando veículos da Secretaria Municipal de Saúde e empresas contratadas. O custo com essas viagens importou no valor total de R\$ 88.718,39.

Analisando o mês de março de 2015 e, comparando com a tabela -1, os dados registrados dão conta de que neste mês a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou pacientes para TFD, sendo que para isso, conforme a tabela-2 realizou-

se 222 viagens entre capital e interior com veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e empresas contratadas. Sendo que o custo mensal para a Secretaria Municipal de Saúde foi de R\$ 153.620,86.

No mês de abril de 2015 o fluxo de encaminhamentos de pacientes para TFD, através da Secretaria Municipal de Saúde, necessitou a realização de 237 viagens entre Capital e interior utilizando veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e, veículos contratados para o transporte de paciente e acompanhante o que custou aos cofres da Secretaria Municipal de Saúde o valor de R\$ 188.745,99.

Quanto aos dados apresentados no mês de maio de 2015, mostra que foram realizadas 223 viagens por veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e por empresas contratadas custando aos cofres da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 141.818,01. Sendo que nestas viagens foram transportados pacientes e acompanhantes conforme tabelas em anexo.

De posse da planilha correspondente ao mês de junho de 2015, observa-se que foi realizado um total de 238 viagens, com veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e empresas contratadas para o transporte de pacientes e acompanhantes. Sendo que a Secretaria Municipal de Saúde arcou com o pagamento no valor de R\$ 130.956,47.

A análise dos dados constantes, correspondente ao mês de julho de 2015 e, de acordo com as tabela 1 e 2, faz referência de que houve uma demanda na Secretaria Municipal de Saúde por tratamento fora do domicílio. Para esse atendimento foram realizadas 229 viagens, com destino entre capital e interior, o custo total com essas viagens entre a frota da Secretaria e o transporte contratado foi de R\$ 133.678,73.

Finalizando a análise dos dados coletados toma-se a planilha do mês de agosto de 2015, onde se pode constatar que houve a demanda de TFD e, para atender essa necessidade a Secretaria Municipal de Saúde realizou 260 viagens, onde pacientes e acompanhantes deslocaram – se entre capital e interior a procura de atendimento, no entanto não foi apresentado o custo mensal com as viagens realizadas.

Outro fato que deve ser salientado aqui é quanto aos dados fornecidos que, só foi possível se obter até o mês de agosto de 2015, segundo a responsável as outras planilhas não estavam prontas.

Constatou-se que no ano de 2015, conforme a tabela-2 os custos para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Livramento com despesas de viagens com frotas de secretaria e contratadas para os pacientes de TFD foram de R\$ 942.329.01.

Outra análise que foi possível fazer buscando atingir o objetivo da pesquisa foi quanto o comparativo dos anos pesquisados no período de 2012 a 2015, sendo que foram utilizados os dados correspondentes aos custos com viagens e as frotas utilizadas, analisando o mesmo período de cada ano comparado como segue:

De janeiro a novembro de 2012 o custo foi de R\$1.145.867,94, se comparado ao mesmo período em 2013 os custos foram de 1.358.173,39 conforme os dados coletados junto a Secretaria Municipal de Saúde percebe-se que houve um aumento nesse período de R\$ 212.305,45, o que equivale a 15,63%, com transporte da Secretaria.

Pode se constatar que no período de janeiro a junho de 2013 se comparado ao mesmo período em 2014, conforme informado pela Secretaria Municipal de Saúde, que em 2013 o valor desse período foi de R\$ 723.135,56, em 2014, o mesmo período importou em R\$ 691.479,72. Constata-se que houve uma diminuição do custo no valor de R\$ 31.655,84, o que equivale a uma queda de 4,57%, com transporte da Secretaria. Já com as frotas contratadas teve uma diminuição no custo correspondente a 27,71%.

Observou-se que entre o período de janeiro a junho de 2014 e no mesmo período em 2015 a Secretaria Municipal de Saúde, os custos de 2014 foram de 691.479,92 e, em 2015 o custo foi de R\$ 677.693,81. Sendo que arcou com um aumento nos custos no valor de R\$13.755,91, o que corresponde a um aumento de 2,03% no que se refere aos custos com o Tratamento Fora do Domicilio - TFD. O mesmo ocorreu com as frotas contratadas onde teve um aumento nos custos correspondentes a 5,66%.

Respondendo o objetivo da pesquisa que busca Identificar qual o custo para o Município de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde com TFD, no período de 2012 a 2015, chega-se a resposta através dos dados mensais, contidos nas planilhas relativas ao período pesquisado de que esse custou o valor total de R\$ 4.245.729.72.

De posse da planilha de custos com viagens no período de 2012 a 2015 foi possível realizar uma análise de forma trimestral ano a ano em %, conforme descrita a baixo:

De janeiro a março de 2012 o custo foi de 280.722,25, no mesmo período do ano de 2013 o custo foi de 311.902,47. Comparando esse período dos dois anos, averiguamos um aumento do custo no valor de 31.180,22, o que equivale a 11,10%.

De janeiro a março de 2013 o custo foi 311.902,47, no mesmo período do ano de 2014 o custo foi de 355.680,27 comparando esse período dos dois anos, averiguamos um aumento do custo no valor de 43.778,80, o que equivale a 12,31%.

De janeiro a março de 2014 o custo foi de 355.680,27 no mesmo período do ano de 2015 o custo foi de 377.129,81. Comparando esse período de dois anos, averiguamos um aumento nos custos no valor de 21.449,54, o que equivale a 5,69%.

De Abril a junho de 2012 o custo foi de 336.534,23 no mesmo período do ano de 2013 o custo foi de 411.233,09 comparando esse período dos dois anos averiguamos um aumento de 74.698,86, no custo com o TFD o que equivale a 18,16%.

Já de Abril a junho de 2013 o custo foi de 411.233,09, no mesmo período do ano de 2014 o custo foi de 335.769,45 comparando esse período dos dois anos averiguamos uma diminuição de 75.463,64, nos custos com o TFD o que equivale a 22,47%.

De Abril a junho de 2014 o custo foi de 335.769,45 no mesmo período do ano de 2015 o custo foi de 431.520,47 comparando esse período dos dois anos averiguamos um aumento de 95751,02, nos custos com o TFD o que equivale a 22,19%.

Analisando os meses de Julho a setembro de 2012 o custo foi de 301.759,94, no mesmo período do ano de 2013 o custo foi de 371.525,68, comparando esse período dos dois anos, averiguamos um aumento do custo no valor de 69.765,74, o que equivale a 18,78%.

O mesmo período dos outros anos não pode ser analisado por falta de dados.

Analisando os meses de Outubro e Novembro de 2012 o custo foi de 226.851,52, no mesmo período do ano de 2013 o custo foi de 263.431,15

comparando esse período dos dois anos, averiguamos um aumento do custo no valor de 36.579,63, o que equivale a 13,88%.

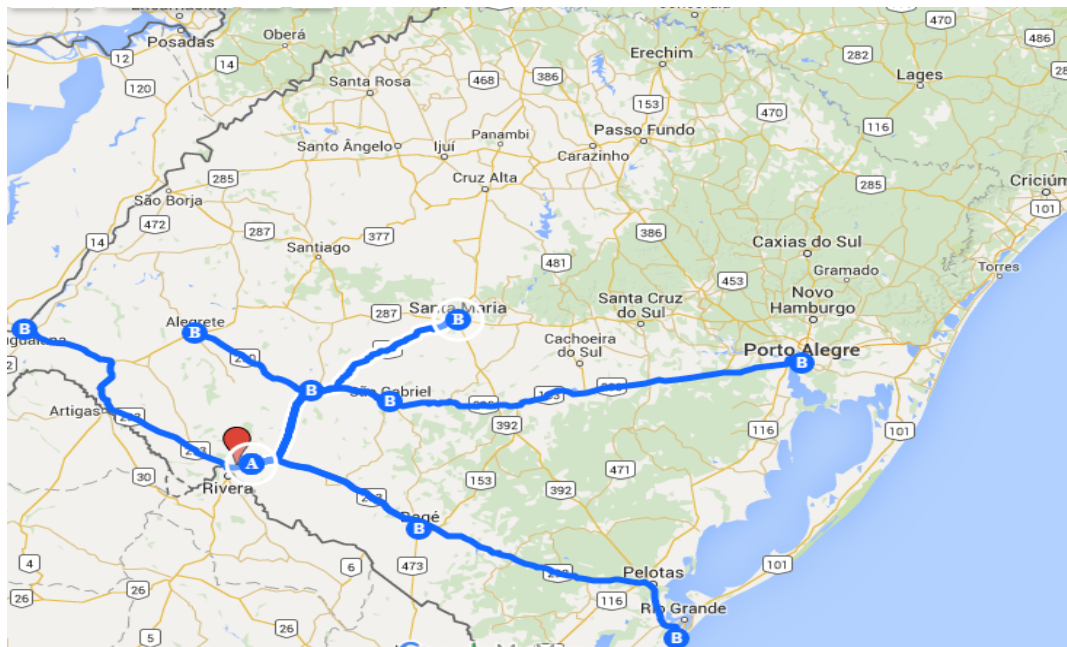
O mesmo período dos outros anos não pode ser analisado por falta de dados.

Quanto ao objetivo específico: Identificar o número de pacientes que utilizaram TFD no município de Santana do Livramento RS chega-se a conclusão que, no período pesquisado 37.538 pacientes foram encaminhados para Tratamento Fora do Domicílio, pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Tratamento Fora do Domicílio exige do paciente o deslocamento a procura de especialidades médicas não disponíveis no município e, as distâncias percorridas em busca de tratamento não são tão próximas conforme pode se constatar no tópico a seguir.

4.1 DISTÂNCIAS ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO E OS MUNICÍPIOS DE REFERÊNCIA

Figura 1- Mapa municípios referência



Fonte My Maps.(2016)

Segundo o Plano Municipal de Saúde (2015) os municípios referências no Rio Grande do Sul que atendem os pacientes de Santana do Livramento são:

Alegrete, Uruguaiana, Pelotas, São Gabriel, Rio Grande, Bagé, Rosário do sul e Porto Alegre.

Entre os municípios referências em TFD e o município de Santana do Livramento, Rosário do Sul é o mais próximo com uma distância de 106,04 Km, e o mais distante é Porto Alegre com 493 km. Os demais municípios de referência encontram-se distantes em torno de 160 km a 345 km do Município de Santana do Livramento.

A seguir apresenta-se a tabela 3 correspondente às distâncias entre o Município de Santana do Livramento e os municípios que atendem os pacientes do TFD.

Tabela 3 Distância entre os Municípios Referências em TFD

Município	Município Referencia em TFD	Distancia KM
Santana do Livramento	Alegrete	204 Km
Santana do Livramento	Uruguaiana	226 Km
Santana do Livramento	Pelotas	344 Km
Santana do Livramento	Porto Alegre	493 Km
Santana do Livramento	São Gabriel	169 Km
Santana do Livramento	Rio Grande	397Km
Santana do Livramento	Bagé	166Km
Santana do Livramento	Rosário do Sul	106 Km

Fonte Plano Municipal de Saúde de Santana do Livramento (2015)

Respondendo ao objetivo: Conhecer os municípios de destino e as especialidades dos pacientes do TFD do município de Santana do Livramento RS:

Os pacientes do município de Santana do Livramento após os procedimentos burocráticos realizados junto a Secretaria Municipal de Saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) são encaminhados conforme sua necessidade de tratamento médico para os municípios referencia em atendimento do TFD, os quais atendem de acordo com a especialidade médica disponível, sendo as mesmas listadas na tabela 4.

Tabela- 4 Municípios e Especialidades Médicas –TFD

Município	Especialidade Médica
São Gabriel	Urologia; Otorrinologia
Rosário Do Sul	Oftalmologia
Alegrete	Bucomaxilo Facial; Coloproctologia
Rio Grande	Traumatologia; Ortopedia
Porto Alegre	Todos Os Especialistas Da Rede Sus; Reabilitação Ocular.
Uruguaiana	Neurologia; Cardiologia; Cirurgia Vasculard; Oncologia; Mamografia.
Bagé	Reabilitação Física.
Santa Maria	Reabilitação Auditiva
Santana do Livramento	Traumato e Ortopedia Ambulatório Cirurgia Geral; Endocrinologia; Otorrinolaringologia; RaioX; Ecografia; Exames Especializados

Fonte - Plano Municipal de Saúde de Santana do Livramento (2015)

Observando os dados referentes ao atendimento médico nestes municípios, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), constatou-se nas tabelas constantes no plano Municipal de Saúde fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde que algumas dessas especialidades cessaram o atendimento no 1º semestre de 2015 e, os pacientes passaram a ser encaminhados para Porto Alegre, visto que é lá que se encontra atendimento em todas as especialidades do Sistema único de Saúde (SUS).

Uma informação encontrada no Plano Municipal de Saúde diz que Santana do Livramento é referência em atendimento pelo SUS nas especialidades médicas de Oftalmologia, Exames ambulatoriais, Raio X, Ecografias e Exames Especializados, atendendo pacientes do próprio município e de outros municípios.

Uma constatação na análise do Plano Municipal de Saúde e observando a tabela - 4 percebe-se que depois de Porto Alegre o município que abrange o maior número de especialidades é Uruguaiana, sendo um dos centros de referência que recebe o maior número de pacientes. Segundo informações da funcionária responsável pelos dados fornecidos junto a Secretaria Municipal de Saúde, Uruguaiana é referência em oncologia, sendo que diversos pacientes se tratam pelo SUS desde quimioterapia, radioterapia e cirurgias, ocasionando assim um número maior de deslocamento de pacientes e acompanhantes mensalmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Livramento.

Analisado todos os dados fornecidos chega-se as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após diversas tentativas para desenvolver esta pesquisa que tem como tema o Tratamento Fora do Domicilio e, como objetivo geral: Identificar qual o custo do TFD para o Município de Santana do Livramento, através das rubricas da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 2012 a 2015 tendo em vista as dificuldades encontradas na coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santana do Livramento, contatando com vários funcionários e até mesmo encaminhado ofícios e e-mail para a responsável pela pasta e após algumas negativas, voltei a insistir na pesquisa e assim obtive os dados e informações em planilhas que subsidiaram a pesquisa.

Aqui cabe ressaltar que essa análise fica prejudicada, pois não constam na tabela-1 os dados referentes aos meses do segundo semestre de 2014 e 2015 por motivo de que os mesmos não foram informados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Conclui que o município de Santana do Livramento através da Secretaria Municipal de Saúde vem tendo um custo muito elevado para atender a demanda de encaminhamentos a pacientes para Tratamento Fora do Domicílio, fato este ocasionado frente à problemática de não contar com médicos e laboratórios especializados vinculados ao Sistema Único de Saúde no Município.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado em parte, pois as informações coletadas dão conta de que em alguns meses dentro do período pesquisado não constam nas planilhas e, não se obteve respostas se não houvera atendimento, demanda ou simplesmente não foram computados esses dados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município, que deixou a desejar. No entanto conseguiu-se saber que neste período as viagens para deslocamento de pacientes e seus acompanhantes para outros municípios em busca de tratamento custaram aos cofres públicos da prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde de através das Políticas Públicas em saúde para o município.

Outra constatação resultante da pesquisa e respondendo o objetivo específico que buscou saber qual o número de pacientes que necessitaram de Tratamento Fora do Domicilio encaminhados pela Secretaria Municipal de saúde no período pesquisado, totalizou 37.538 pacientes.

Foi possível conhecer as distancias entre Santana do Livramento e o município referencia em atendimento fora do Domicilio, bem como quais são estes município e as especialidades ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Considero que é necessário o município de Santana do Livramento implantar uma Política de saúde voltada para o atendimento médico, ofertando as especialidades que são buscadas em outros municípios de referencias, visto que os custos para arcar com a demanda têm sido muito elevados anualmente em relação ao numero de pacientes atendidos o que faz pensar que é possível contratar médicos especialistas e assim tratar os pacientes no próprio município, o qual possui um quadro médico qualificado em diversas áreas, porém, só para outros convênios e nem todos são conveniados com Sistema único de saúde (SUS).

Enfatizo que este estudo não se esgota aqui, pois é importante dar continuidade nessa análise buscando saber até que ponto está sendo bem empregadas as verbas públicas, que fazem parte da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde. E assim, exigir uma fiscalização atuante e transparente na gestão e nas informações prestadas aos Santanenses.

Desde que se iniciou essa pesquisa, muitos foram os entraves para conseguir os dados que fundamentassem o estudo, desde a negativa por parte dos profissionais da saúde no município fonte da pesquisa de campo, até os impedimentos legais argumentados pelas chefias da Secretaria de Saúde, no entanto apresentamos aqui os resultados obtidos, na tentativa de qualificar os objetivos propostos no inicio desta pesquisa.

Não se conseguiu responder o custo total com o Tratamento fora do Domicílio aos cofres do município através da Secretaria Municipal da Saúde visto que, não se obteve os dados relativos a todo o período pesquisado.

Como sugestão deixa aqui registrado que é necessária uma reformulação urgente na questão da oferta do TFD pelo município tendo em vista que os custos são elevados, os pacientes nem sempre são bem atendidos, sem contar com o desgaste físico emocional e financeiro a qual é submetido, num momento em que se encontra fragilizado diante da doença e, precisa enfrentar uma viagem, a expectativa da consulta e do diagnóstico e a falta de recursos financeiros para custear alimentação fora de seu domicílio.

Quanto às limitações além da falta de material e informações mais detalhadas por parte da Secretaria Municipal de Saúde, constata-se pouca literatura sobre o tema.

Como acadêmica sugiro que este estudo tenha continuidade buscando outras variáveis a serem analisadas frente à realidade da Saúde Pública em Santana do Livramento e a falta de médicos especializados para atender as demandas existentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. **Legislação Estruturante do SUS**. Coleção: Para entender a gestão do SUS. Brasília: CONASSEM 2011. V 13. Pag. 26

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo. Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria /SAS/nº 055/1999**. Secretaria de Assistência a Saúde.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997

PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

PONTE, João Pedro (2006). **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e atualizada de um artigo anterior.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

RUA, Maria das Graças, (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752.

_____. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 13.

SANTOS, Antônio Raimundo dos, **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração/Liane Carly Hermes Zanella**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

ANEXOS

Tabela 5 - Número de acompanhantes

Mês/ Ano	2012	2013	2014	2015
Janeiro	467	508	666	627
Fevereiro	406	486	510	419
Março	563	628	595	736
Abril	564	678	533	821
Mai	611	708	674	691
Junho	563	646	618	643
Julho	578	631	N.INFORMADO	580
Agosto	557	644	N.INFORMADO	576
Setembro	509	638	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Outubro	642	680	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Novembro	531	608	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Dezembro	N.INFORMADO	560	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Total	5.991	6.855	3.596	5.084

Fonte: autora (2015)

Tabela 6 – Despesa mensal em R\$ com frotas de Empresas contratadas

Mês/ Ano	2012	2013	2014	2015
Janeiro	-	54.893,40	62.337,00	61.837,00
Fevereiro	-	53.284,20	53.137,50	33.560,20
Março	-	69.413,40	54.395,00	73.824,40
Abril	-	86.469,60	53.095,50	78.595,30
Mai	-	87.910,00	61.356,20	40.956,40
Junho	-	77.055,10	51.611,40	32.147,10
Julho	-	84.034,80	N.INFORMADO	31.472,10
Agosto	-	41.278,60	N.INFORMADO	576,00
Setembro	-	62.447,50	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Outubro	-	60.944,00	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Novembro	-	67.082,50	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Dezembro	-	44.286,00	N.INFORMADO	N.INFORMADO
Total	-	789.099,10	335.932,60	376.271,40

Fonte: autora (2015)